

STJ00109842

**Soraia da Rosa Mendes**  
**Ana Maria Martínez**

# **PACOTE ANTICRIME**

**COMENTÁRIOS CRÍTICOS  
À LEI 13.964/2019**



atlas

- As autoras deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelas autoras até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 13.02.2020
- As Autoras e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2020 by*  
**Editora Atlas Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Rua Conselheiro Nébias, 1.384  
São Paulo – SP – 01203-904  
[www.grupogen.com.br](http://www.grupogen.com.br)
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

Mendes, Soraia da Rosa

Pacote anticrime: comentários críticos à Lei 13.964/2019 / Soraia da Rosa Mendes, Ana Maria Martínez. São Paulo: Atlas, 2020.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-97-02482-1

1. Brasil. [Lei n. 13.964, de 24 de dezembro de 2019]. 2. Direito penal – Brasil. I. Martínez, Ana Maria. II. Título.

20-62774

CDU: 343(81)

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

# SUMÁRIO

.....

<b>INTRODUÇÃO – Vigiar, proibir, julgar e punir no Estado Democrático de Direito: uma compreensão crítica do Pacote Anticrime.....</b>	<b>XVII</b>
<b>CAPÍTULO 1 – CÓDIGO PENAL .....</b>	<b>1</b>
1. Legítima defesa de agentes de segurança pública .....	1
2. A execução da pena pecuniária .....	8
3. Considerações sobre o limite de tempo de cumprimento de pena.....	9
4. Requisitos do livramento condicional: falta grave e bom comportamento.....	14
5. A (in)constitucionalidade do confisco alargado.....	19
6. A prescrição como garantia e as novas causas impeditivas....	21
7. Causa de aumento de pena de roubo: violência ou grave ameaça exercida com emprego de arma branca e emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido .....	27
8. Estelionato: crime de ação pública condiciona à representação.....	30
9. Aumento de pena do crime de concussão.....	34
10. Quadro histórico-comparativo das propostas e alterações promovidas no Código de Penal (legislação anterior, Projeto de Lei n. 10.372/2018, Projeto de Lei n. 882/2019 e Lei 13.964/2019).....	34
<b>CAPÍTULO 2 – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL .....</b>	<b>47</b>
1. Juízo de garantias.....	47
2. Arquivamento do inquérito: a nova sistemática do CPP.....	57

3. Acordo de não persecução penal.....	64
4. Alienação de coisas apreendidas.....	71
5. Provas ilícitas e impedimento do julgador.....	73
6. Cadeia de custódia.....	78
7. Medidas cautelares e prisão preventiva.....	85
8. Audiência de custódia.....	90
9. Tribunal do júri e a inconstitucional execução provisória da pena.....	93
10. Recurso extraordinário e o recurso especial.....	95
11. Quadro histórico-comparativo das propostas e alterações promovidas no Código de Processo Penal (legislação anterior, Projeto de Lei n. 10.372/2018, Projeto de Lei n. 882/2019 e Lei 13.964/2019).....	108
<b>CAPÍTULO 3 – LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....</b>	<b>153</b>
1. A longa jornada do sujeito em busca do direito na execução penal.....	153
2. Princípios da execução penal.....	159
2.1 Princípio da legalidade.....	160
2.2 Princípio da isonomia.....	162
2.3 Princípio da não marginalização (ou não discriminação) das pessoas presas ou internadas.....	163
2.4 Princípio da individualização da pena.....	163
2.5 Princípio da intervenção mínima.....	164
2.6 Princípio da culpabilidade.....	164
2.7 Princípio da lesividade.....	165
2.8 Princípio da intranscendência (ou personalidade ou pessoalidade) ou princípio da transcendência mínima.....	165
2.9 Princípio da presunção de inocência (ou do estado de inocência).....	166
2.10 Princípio da proporcionalidade.....	167
2.11 Princípio da celeridade (ou razoável duração) do processo de execução penal.....	169

2.12 Princípio do <i>numerus clausus</i> (número fechado ou capacidade penal taxativa) .....	169
2.13 Princípio do devido processo legal .....	171
2.14 Princípio do contraditório e ampla defesa.....	172
2.15 Chegamos ao fim dos princípios... Será? .....	172
3. Fornecimento de material genético e falta grave.....	173
4. Regime Disciplinar Diferenciado – RDD .....	176
5. Progressão de regime .....	181
6. Livramento condicional e saída temporária .....	185
7. Quadro histórico-comparativo das propostas e alterações promovidas no Código de Processo Penal (legislação anterior, Projeto de Lei n. 10.372/2018, Projeto de Lei n. 882/2019 e Lei 13.964/2019).....	188
<b>CAPÍTULO 4 – LEGISLAÇÃO CORRELATA.....</b>	<b>201</b>
1. Captação ambiental – Lei 9.296/1996 (Lei de Intercepção Telefônica) .....	201
2. Quadro histórico-comparativo das propostas e alterações promovidas na Lei 9.296/1996 (Legislação anterior, Projeto de Lei n. 10.372/2018, Projeto de Lei n. 882/2019 e Lei 13.964/2019).....	203
3. Ação controlada e infiltração de agentes – Lei 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro) .....	206
4. Quadro histórico-comparativo das propostas e alterações promovidas na Lei 9.613/1998 (Legislação anterior, Projeto de Lei n. 10.372/2018, Projeto de Lei n. 882/2019 e Lei 13.964/2019).....	207
5. Agente disfarçado – Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas) e Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).....	208
6. Quadro histórico-comparativo das propostas e alterações promovidas nas Leis 10.826/2003 e 11.343/2006 (Legislação anterior, Projeto de Lei n. 10.372/2018, Projeto de Lei n. 882/2019 e Lei 13.964/2019).....	211
7. Lei 12.694/2012 (Julgamento por colegiado) – Lei 11.671/2008 (Lei de transferência de presos para estabelecimentos penais federais de segurança máxima) .....	218

7.1	Julgamento colegiado em primeiro grau (Lei 12.694/2012).....	219
7.2	Transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais (Lei 11.671/2008).....	221
8.	Quadros histórico-comparativos das propostas e alterações promovidas nas Leis 12.694/2012 e 11.671/2008 (Legislação anterior, Projeto de Lei n. 10.372/2018, Projeto de Lei n. 882/2019 e Lei 13.964/2019).....	222
9.	Acordo de colaboração premiada e agente de polícia infiltrado virtual – Lei 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas).....	227
9.1	O acordo de colaboração premiada.....	228
9.2	A ação de agente de polícia infiltrado virtual.....	238
10.	Quadro histórico-comparativo das propostas e alterações promovidas na Lei 12.850/2013 (Legislação anterior, Projeto de Lei n. 10.372/2018, Projeto de Lei n. 882/2019 e Lei 13.964/2019).....	239
11.	<i>Whistleblower</i> – Lei 13.608/2018 (Lei do Serviço Telefônico de Recebimento de Denúncias).....	267
12.	Quadro histórico-comparativo das propostas e alterações promovidas na Lei 13.608/2018 (Legislação anterior, Projeto de Lei n. 882/2019 e Lei 13.964/2019).....	269
<b>REFERÊNCIAS</b> .....		273